



Avaliação escolar para alunos especiais: importância da implementação e utilização da sala de recursos pedagógicos

*School evaluation for special students: importance of the implementation and use of the
pedagogical resource room*

KOLOGESKI, Anelise¹

Resumo

Educação inclusiva é o ramo da educação que visa ensinar alunos com necessidades especiais no âmbito educacional, podendo ser em turmas especiais ou em salas regulares. A sala de recursos pedagógicos é um local da instituição de ensino onde as habilidades específicas de cada aluno inclusivo podem ser aproveitadas ao máximo, podendo ser dentro da sala de aula regular ou em um local separado. A metodologia usada para este estudo foi a revisão de literatura onde buscou-se em banco de dados científicos trabalhos e livros já publicado sobre a temática a ser tratada. O objetivo geral foi dissertar sobre a avaliação escolar para alunos especiais e a importância da implementação e utilização da sala de recursos pedagógicos. Sendo assim, conclui-se que para o bom desenvolvimento e aprendizagem de um aluno especial a sala de recursos pedagógicos é um aliado essencial para que cada um possa se desenvolver em seu tempo, focando em suas habilidades.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Avaliação Escolar. Sala de Recursos Pedagógicos.

Abstract

Inclusive education is the branch of education that aims to teach students with special needs in the educational field, and can be in special classes or in regular classrooms. The pedagogical resource room is a place of the educational institution where the specific skills of each inclusive student can be used to the fullest, and can be within the regular classroom or in a separate location. The methodology used for this study was the literature review where we searched the scientific database for papers and books already published on the theme to be treated. The general objective was to discuss school evaluation for special students and the importance of implementing and using the pedagogical resource room. Thus, it is concluded that for the good development and learning of a special student the pedagogical resource room is an essential ally for each one to develop in his time, focusing on his/her skills.

Keywords: Inclusive Education. School Evaluation. Pedagogical Resources Room.

1 Introdução

A Educação Inclusiva não pode ser fornecida no vácuo. Pelo contrário, são necessárias muitas formas de apoio, incluindo infraestruturas de educação fisicamente

¹ Graduação em matemática pela Universidade Luterana do Brasil; Pós-graduação em psicopedagogia pela Universidade Castelo Branco.



acessíveis, transporte escolar, dispositivos de assistência, professores experientes e - principalmente - apoio em dinheiro para pais carenciados e seus filhos que não frequentam a escola. De maneira abrangente e ambiciosa, o Plano Nacional do Brasil "Viver sem Limite" abordou todas essas questões (DUARTE, 2012).

O Plano Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2011, intitulado "Viver sem Limite", visa implementar novas iniciativas e intensificar políticas existentes em benefício de pessoas com deficiência, abordando questões de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade. Implementados por 15 ministérios, as várias medidas incluíam salas de aula e transporte acessíveis, acesso a treinamento técnico, a promoção da acessibilidade no ensino superior, educação bilíngue, bem como um Programa Contínuo de Benefício em Dinheiro para ajudar as escolas a localizar crianças fora da escola, com deficiência e para matriculá-los na escola. No quadriênio de 2011 a 2014, o Plano Nacional investiu US \$ 1,9 bilhão (R \$ 7,6 bilhões) (DUARTE, 2012).

O Plano reúne vários ministérios, além do Ministério da Educação, para melhorar direta ou indiretamente o acesso à educação regular. O Programa Contínuo de Benefício em Dinheiro é uma boa prática em particular, pois permite que os funcionários da escola busquem ativamente as crianças que estão fora da escola, avaliem a situação das famílias e lhes forneçam os meios para levar seus filhos à escola. Ainda, para reforçar o direito da educação inclusiva e para todos, existem mais programas e leis que são estabelecidos para dar suporte para que essa educação aconteça (CAIADO; LAPLANE, 2009).

Para o desenvolvimento deste estudo será adotada o método descritivo, com abordagem qualitativa. O estudo será realizado por meio de pesquisa de revisão bibliográfica. Para Lakatos e Marconi (2007) este tipo de pesquisa é definido como o levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia que já foi publicada sobre o tema, e possibilita que o pesquisador entre em contato com estes materiais e aprofunde os conhecimentos sobre o assunto. A busca foi realizada em bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), monografias, dissertações, artigos científicos

Os critérios de inclusão dos estudos para o levantamento bibliográfico serão textos completos, na língua portuguesa, com acesso livre e gratuito nas bases de dados acima citadas. Os critérios de exclusão foram estudos que não atendam os objetivos do estudo.



Este artigo teve como objetivo geral dissertar sobre a avaliação escolar para alunos especiais: importância da implementação e utilização da sala de recursos pedagógicos e por objetivos específicos: a) conceituar educação inclusiva; b) discorrer sobre a importância da família e da sociedade na educação inclusiva e c) discorrer acerca da implantação e utilização da sala de recursos pedagógicos.

Sendo assim, este estudo se justifica por trazer importantes implicações para o campo da educação inclusiva já que demonstra a importância de se ter uma sala de recursos multivariados em uma instituição de ensino afim de atender os alunos com necessidades especiais.

2 Fundamentação teórica

2.1 O professor na educação inclusiva

No processo educacional, o professor desempenha um dos papéis mais importantes e insubstituíveis. No contexto da questão em questão, parece necessário desenvolver e fortalecer as capacidades profissionais do professor, que podem ser vistas a partir de uma perspectiva geral, que é a capacidade de ser um professor, ou de um ponto de vista específico, que é a capacidade de ensinar uma disciplina escolar específica (COSTA, 2010).

Da prática, sabe-se que mesmo um professor experiente às vezes entra em situações em que não tem a experiência para realizar as ações corretas. Nessas situações, o professor pode avaliar as próprias habilidades e habilidades como insuficientes para lidar com a situação. A questão que permanece é como influenciar a ideia subjetiva do professor sobre as próprias habilidades e possibilidades, como influenciar a própria capacidade percebida (GOMES, 2015).

Existem basicamente duas formas: auto regulação e intervenções externas. O primeiro método baseia-se no pressuposto de que, durante sua carreira, cada professor avalia os sucessos e os fracassos, compara-se aos colegas, valida as próprias possibilidades e limites. O segundo método de intervenção externa não é fácil. Uma mudança na própria capacidade percebida pode acontecer somente quando o feedback



convincente quebra os equívocos anteriores do indivíduo sobre suas próprias possibilidades (SILVA, 2010).

É essencial rastrear as opiniões dos professores sobre a inclusão, não apenas suas atitudes, experiência, mas também a necessidade de educação profissional continuada que influencia significativamente o processo educacional e seus resultados. Também acreditamos que é importante obter informações sobre a formação continuada de professores em relação à inclusão e à experiência dos professores na educação de alunos com necessidades educacionais especiais (MINETTO, 2008).

A questão da educação inclusiva está intimamente associada às seguintes condições para o sucesso da educação: pais e família; escola; professores; aconselhamento e diagnóstico, significa educação especial; apoio (professor de apoio, assistente pessoal, reabilitação, compensação e ferramentas de aprendizagem, adaptação às condições educacionais); outros fatores (barreiras arquitetônicas, mecanismos sociopsicológicos, organizações de pessoas com deficiência de saúde); e o transporte (transporte é um dos fatores que influencia a decisão dos pais sobre o tipo de escola) (SILVA, 2010).

O sistema de educação inclusiva considera que, se uma criança não está aprendendo, o problema está no sistema educacional e não na criança deficiente. As dificuldades surgem por causa de métodos rígidos e currículo, ambiente inacessível, professores não treinados e má qualidade de ensino, falta de atitudes adequadas por parte dos professores, falta de apoio de órgãos públicos etc., assim, o foco muda de fazer o sistema educacional responsável (DUTRA, 2007).

As habilidades das crianças variam, algumas aprendem rápido, enquanto algumas estão demorando para entender as coisas. A compreensão de vários assuntos também varia de aluno para aluno. Algumas crianças podem entender o conceito de matemática muito mais rápido do que suas contrapartes, enquanto outras podem ser boas em habilidades de linguagem (MACEDO, 2007).

O papel do professor não é apenas ensinar o assunto, mas também fornecer outros treinamentos, como treinamento de mobilidade, treinamento de autocuidado, preparação de material didático de acordo com as necessidades das crianças deficientes, treinamento em uso e manutenção de auxílios e assim por diante. Estratégias de ensino em relação a



deficiências específicas foram indicadas (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Argumenta-se frequentemente que a falta de conhecimento por parte dos professores em sala de aula, atribuída à falta de treinamento, é a principal barreira à inclusão. A inclusão envolve o uso de apoio, às maneiras pelas quais os professores respondem às diferenças individuais durante o ensino de toda a turma, as escolhas que fazem sobre o trabalho em grupo e utilizam o conhecimento especializado (TUNES; TACCA; BARTHOLO JUNIOR, 2005).

Assim, o papel do professor na educação inclusiva é: a) a identificação das crianças com deficiência na sala de aula; b) encaminhar o identificado para os especialistas para posterior análise e tratamento; c) aceitar as crianças com deficiência; desenvolver atitude positiva entre crianças normais e deficientes; d) colocar as crianças na sala de aula em lugares apropriados para que elas se sintam confortáveis e sejam beneficiadas pela interação em sala de aula; e) remoção de barreiras arquitetônicas, sempre que possível, para que as crianças com deficiência se movam de forma independente; f) envolver as crianças com deficiência em quase todas as atividades da sala de aula; g) fazer adaptação adequada na transação curricular para que as crianças com deficiência aprendam de acordo com sua capacidade; h) preparativos de material didático / adaptação de material didático que ajudará as crianças com deficiência a aprender; i) orientação dos pais e aconselhamento e programa de conscientização pública através de atividades escolares; j) colaborar com os painéis médicos e fisiológicos, trabalhos sociais, pais e professores especiais; k) construção de ferramenta de realização e diagnóstico; l) adaptação em avaliação para crianças com necessidades especiais; e m) fornecer instrução corretiva para as crianças que precisam dela (DUTRA, 2007).

O professor deve fornecer apoio holístico e de alta qualidade e envolvimento focalizado com as crianças com necessidades especiais, com base em uma perspectiva conjunta, compreensão mútua e trabalho em rede. Os professores, com o apoio do diretor da escola, colegas, educadores especiais e pais, devem desenvolver formas eficazes de superar as barreiras à aprendizagem e apoiar o ensino efetivo, observando a qualidade do ensino e os padrões de realização dos alunos e definindo metas de aprimoramento (TUNES; TACCA; BARTHOLO JUNIOR, 2005).



O professor trabalha como um catalisador entre o diretor da escola e as crianças com necessidades especiais e seus pais. É o professor que vê formas novas e inovadoras para satisfazer a necessidade educacional, social e emocional da criança com necessidades especiais. Qualquer que seja o tipo de sala de recursos, o professor com seu compromisso, habilidade e conhecimento pode reprojeta-lo para ser útil, criativo e interessante. Um dos principais papéis é apoiar o professor no atendimento das necessidades das crianças com necessidades especiais (JABLON; DOMBRO; DICHTELMILLER, 2009).

2.1.1 Competências dos professores para a educação inclusiva

As atuais reformas que se dedicam ao esforço de reestruturação das escolas destinadas a implementar programas eficazes de inclusão apresentam desafios significativos para os professores de escolas regulares. O sucesso desses esforços depende em grande parte da capacidade de resposta e disposição desses professores para atender às necessidades educacionais e sociais dos alunos com diferentes habilidades (CAMBI; ZANINELLI, 2015).

Os professores são agora obrigados a ter uma série de habilidades e competências adicionais, geralmente não praticadas em salas de aula regulares. O Arquivo Aberto sobre Educação Inclusiva (UNESCO, 2006) sugere uma série de requisitos dos professores, da perspectiva de currículos inclusivos como a participação dos professores no desenvolvimento de currículos em nível local, seu desenvolvimento de habilidades para adaptação de currículo, gerenciamento de uma faixa composta de atividades de sala de aula, fornecendo suporte à aprendizagem dos alunos, trabalhando fora das limitações do assunto tradicional e de maneiras culturalmente sensíveis.

Poucos pesquisadores argumentam que agora espera-se que os professores façam quase todas as funções do papel de um professor de educação especial. A diferença, no entanto, é que eles não receberam um treinamento intensivo nas habilidades que são possuídas por educadores especiais (JABLON; DOMBRO; DICHTELMILLER, 2009).

Espera-se agora que esses professores incorporem a dimensão adaptativa em todos os seus esforços para crianças com necessidades especiais. Como é possível afirmar, conhecimento mais profundo e maior confiança no ensino de seu (s) assunto (s); emergir



melhor experiência em gestão de sala de aula para que mais tempo possa ser fornecido à instrução; saber ensinar classes de capacidade mista; aumentar a conscientização e se tornar proficiente em novas estratégias de ensino, como a aprendizagem cooperativa ou abordagens de "linguagem inteira" para a aprendizagem; e tornar-se conhecedor e capaz de responder aos diferentes estilos de aprendizagem dos seus alunos - a atenção a todas estas coisas pode certamente ajudar os professores a aumentar as oportunidades de aprendizagem dos seus alunos (SOUZA, 2013).

Os professores regulares precisam ter conhecimentos sobre os estilos de aprendizagem e os padrões motivacionais de crianças com capacidades diferentes. Os professores devem ter uma compreensão clara dos recursos e sistemas de apoio que estão disponíveis para ajudá-los a trabalhar com alunos com deficiências. Eles devem apresentar informações aos alunos de uma maneira que lhes permita assimilar facilmente as informações (LOPES; MARQUEZINE, 2012).

Vaughn e Bos (2012) sugeriram uma série de estratégias que os professores regulares exigiriam para acomodar os alunos com deficiência no ambiente de sala de aula. Estes incluem tutoria de pares, aprendizagem de domínio, aprendizagem cooperativa e análise de comportamento aplicada. A literatura também aponta que os professores em sala de aula são obrigados a usar estratégias instrucionais como instrução diferenciada, aprendizagem baseada em atividades, instrução adaptativa e individualizada e ensino e cultura.

Para facilitar os resultados de aprendizagem dos alunos com capacidades diferentes em ambiente de sala de aula regular o Conselho para Crianças Excepcionais (2010) desenvolveu e validou um núcleo comum de conhecimentos e habilidades essenciais mínimos necessários para a entrada na prática profissional em educação especial. Inclui fundamentos filosóficos, históricos e legais da educação especial; características dos alunos; avaliação, diagnóstico e avaliação; conteúdo instrucional e prática; planejamento e gerenciamento do ambiente de aprendizagem; gerenciamento de comportamento do estudante e habilidades de interação social; comunicação e parcerias colaborativas e; profissionalismo e práticas éticas (CAMBI; ZANINELLI, 2015).

Embora todas essas habilidades possam não ser necessárias para os professores regulares em sala de aula, um certo nível de habilidade nessas competências, no entanto, é exigido desses professores quando se espera que eles trabalhem com crianças com



necessidades especiais. Existem algumas competências que são testadas em campo e apoiadas como métodos prováveis para fornecer instruções eficazes a alunos com necessidades diversas de aprendizagem (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Alguns deles, que são amplamente utilizados, incluem: tutoria entre pares, aprendizagem cooperativa, habilidades de autogerenciamento, instrução diferenciada e uso de tecnologia assistiva. Os professores da escola, especialmente, precisam ser habilidosos em habilidades como o fornecimento eficaz de instruções e o gerenciamento apropriado de uma sala de aula que é caracterizada pela diversidade (GOMES, 2015).

2.2 A família na educação inclusiva

A participação dos pais no processo de tomada de decisão da educação especial é de vital importância. A coisa mais importante que os pais podem fazer é garantir que estejam envolvidos e tenham um papel ativo como membros da equipe do Programa de Educação Individual (IEP) que determina o caminho de um aluno. A equipe do IEP é responsável por tomar decisões educacionais para os alunos e aborda questões como elegibilidade, avaliação, desenvolvimento de programas e colocação de uma criança em programas de educação especial ou superdotados (COSTA, 2010).

Há uma série de fatores variados que influenciam o estabelecimento da cooperação entre pais e professores, e estes incluem fatores culturais, linguísticos, socioeconômicos e históricos. Vários autores têm postulado a participação dos pais em figuras de educação como um dos aspectos mais importantes das reformas educacionais atuais em muitos países, e também como o princípio fundamental do conceito contemporâneo da educação inclusiva (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Os pais estão, portanto, enfrentando demandas crescentes relacionadas ao processo de educação de seus filhos. Tais demandas, uma oportunidade ou um desafio na vida dos pais de hoje, colidem com os outros, como o trabalho (fornecendo os meios de existência) e os esforços que precisam ser investidos para lidar com o ritmo acelerado da vida e um aumento onipresente de incerteza (LOPES; MARQUEZINE, 2012). A prontidão e motivação dos pais e professores para formar uma parceria é um ponto de



partida no cumprimento dos papéis dos pais na educação dos filhos. Estabelecer confiança entre os pais e aqueles que fornecem ajuda para a criança, a equipe da escola monitorando e apoiando o desenvolvimento da criança (professor / professor, pedagogo, psicólogo) é uma pré-condição importante para o início da cooperação (SOUZA, 2013)

As condições prévias para estabelecer uma boa cooperação entre pais e educadores compreendem a satisfação dos pais com seu nível de envolvimento na preparação de programas educacionais individuais, uma avaliação realista das habilidades da criança, aceitação da responsabilidade pelas crianças, comunicação bem-sucedida, estabilidade das relações e bem-estar. apoio burocrático organizado (GOMES, 2015).

Os pais desempenham um papel importante no desenvolvimento de programas de inclusão sucessivos e, portanto, muitos países fornecem diretrizes para a participação ativa e o envolvimento dos pais na educação de seus filhos. A verdadeira cooperação implica parceria no planejamento e implementação das decisões tomadas, as mesmas normas de comportamento e objetivos comumente aceitos (SILVA, 2010).

O sucesso da cooperação entre a escola e a família depende, em grande parte, da competência de comunicação de ambas as disciplinas, incluindo os pais como parceiros importantes no incentivo e a manutenção e o aprimoramento dessa cooperação. Estabelecer limites entre a casa e a escola torna-se uma pré-condição importante para estabelecer uma cooperação satisfatória, enquanto a indefinição de fronteiras e a falta de papéis claramente definidos têm um efeito desfavorável no desenvolvimento de parcerias (MACEDO, 2007).

O início da parceria com a escola é sobrecarregado por numerosos medos vivenciados por pais de crianças com deficiência: Como a escola aceitará a criança? A criança conseguirá dominar pelo menos uma parte do currículo? Ele será aceito pelo professor e pelos colegas? A criança começará a se ressentir com compromissos escolares quando encontrar o primeiro problema? Infelizmente, a maioria desses temores se justifica, já que, mesmo antes de a criança começar a escola, os pais tiveram muitas experiências negativas (em seus arredores, instituições de saúde, brincando com colegas no jardim de infância) (JABLON; DOMBRO; DICHTELMILLER, 2009).

Ainda assim, apesar dos medos, pais de crianças com deficiência pensam que a inclusão na educação regular se mostra útil para eles e seus filhos. A inclusão lhes permite resolver ou mitigar os problemas existentes, formar uma percepção realista da criança e



de suas habilidades, estabelecer relações mútuas de qualidade na família, trocar experiências com pessoas que têm problemas semelhantes e encontrar alívio dos encargos e necessidades cotidianas. ansiedade (CARVALHO, 2010).

Pais de alunos com deficiência pensam que a inclusão ajuda seus filhos a se conscientizarem de seu potencial, socializar, encontrar amigos, tornar-se cidadãos úteis e adquirir a experiência necessária para desenvolver relações amigáveis com crianças tipicamente desenvolvidas. Eles também mencionam que seus filhos precisam de um modelo para aprender discurso e habilidades sociais, e essa oportunidade é fornecida pela educação inclusiva (MANTOAN, 2013).

2.3 A escola na educação inclusiva

Como sistema, a educação inclusiva deve ser flexível. Seu princípio deve ser a educação na sala de aula regular sempre que possível. Essa necessidade de flexibilidade deve se refletir nos métodos e materiais usados para dar a essas crianças o acesso mais amplo possível ao currículo regular. Ao discutir o tipo de serviço necessário, o ponto de partida deve ser sempre o melhor para a criança em particular (BEDAQUE, 2011).

Enfatizar a educação inclusiva não exclui escolas ou centros especiais. Eles ainda seriam obrigados a atender crianças com dificuldades profundas e complexas que necessitam de ajuda mais especializada e extensiva, incluindo, e. muitas crianças surdas. Essa alternativa, no entanto, não deve ser considerada, a menos que a colocação em sala de aula não atenda às suas necessidades (BATISTA; MANTOAN, 2006).

Como regra geral, há vários problemas práticos que precisam ser resolvidos antes que uma criança com necessidades educacionais especiais possa ir à escola ou participar de atividades escolares. As medidas tomadas são bastante simples, desde que sejam estimuladas iniciativas locais e não convencionais coordenadas. Deve-se lembrar também que os colegas de escola da criança representam um valioso parceiro em potencial pronto e capaz de ajudar na superação de alguns desses problemas (BAPTISTA; FRANÇA; PAGLIUCA, 2008).

Em uma sala de aula de inclusão ideal, o professor de educação especial e o professor de educação regular participam do co-planejamento. Eles trabalham juntos para elaborar planos de aula que atendam às necessidades de todos os alunos, com o professor



de educação especial focando nas necessidades dos alunos com necessidades especiais (MENEZES, 2010)

Em alguns casos, no entanto, o professor de educação geral planeja as aulas em sala de aula e o professor de educação especial adapta essas lições para atender às necessidades de seus alunos. Ela também pode usar as lições para desenvolver materiais de revisão ou planejar uma instrução individual com alunos com necessidades especiais antes ou depois da aula (GOMES, 2015).

Junto com os pais, os professores também são personalidades importantes na educação inclusiva. Somente através de um professor de coração aberto, uma criança deficiente pode ser educada adequadamente. O verdadeiro professor pode capacitar uma criança deficiente a superar suas habilidades e torná-lo um cidadão produtivo da sociedade. Obtendo o apoio necessário e oportunidade dos professores, os deficientes são capazes de alcançar o sucesso no campo diferente (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Os alunos com deficiências também precisam de compaixão, bondade, amor e cuidado do lado dos professores. Para mostrar a importância do professor para os alunos com Deficiência, é importante afirmar que educação de coração só poderia ser feita com um toque vivo de professor. Assim, a Educação Inclusiva torna-se eficaz apenas com o toque amoroso daqueles professores que têm capacidade e aptidão (SILVA, 2010).

2.4 A sociedade na educação inclusiva

A educação inclusiva contemporânea deve integrar as dimensões escolar e extra escolar. Na escola, a educação inclusiva é interpretada como metodologias de ensino inclusivas; no ambiente escolar extra, tem que ser interpretado como educação comunitária, empoderamento de pessoas com deficiência, capacitação de associações de pessoas com deficiência (FERREIRA, 2005).

A escola desempenha um papel social relevante, especialmente em contextos onde a família e a comunidade apresentam graves desvantagens sociais. O papel social da escola implica o desenvolvimento de competências adicionais dos profissionais da educação, a fim de promover a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo (CARNEIRO, 2007).



Escola inclusiva significa escola para a comunidade. É realizado em territórios específicos e dentro das comunidades específicas que vivem nesses territórios. Através de suas atividades, uma escola para a comunidade envolve e apoia o comprometimento da comunidade com o direito à educação e inclusão (SILVA, 2009).

Por outro lado, a escola leva em consideração as necessidades da comunidade, promove um esforço comum para o desenvolvimento local e coesão social, cooperando, fazendo alianças, assinando acordos com instituições locais, atores sociais, econômicos e culturais da comunidade. Uma escola para comunidade é responsável socialmente. O papel social da escola é primeiramente representado por sua missão: educação para todos, com igualdade de direitos, respeitando e valorizando as diversidades (CAIADO; LAPLANE, 2009).

De acordo com a abordagem inclusiva, a escola precisa mudar suas práticas e fazer esforços para a qualidade e sustentabilidade. O papel social da escola deve incluir uma visão onde a escola é uma instituição socialmente comprometida e responsável, que integra a missão cultural e a missão social de promover ativamente a participação da comunidade local, tudo para superar os obstáculos que limitam os direitos de cidadania, excluindo a inclusão social, enfraquecendo a autodeterminação e emancipação da pobreza e da violência (SASSAKI, 2006).

2.5 implementação e utilização da sala de recursos pedagógicos

Kassar e Rebelo (2011) acreditam que a assistência à educação profissional tem um duplo sentido: o apoio simultâneo ao ensino destinado a substituir a matrícula de alunos com deficiência pode ser prestado em "turmas especiais, escolas especiais, turmas hospitalares e assistência domiciliar". Kassar e Rebelo (2011) apontaram que, na última década, as políticas do governo federal passaram a ignorar a possibilidade de prestação de serviços escolares fora do sistema geral de ensino.

O instrumento para a definição legal dessa garantia é o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que permite a prestação de assistência educacional especializada de forma complementar ou suplementar, e não alternativa. Em outras palavras, as agências especializadas devem se organizar em centros especializados de ajuda educacional para realizar ações complementares ou complementares aos locais de escolas comuns.



De acordo com o estudo de Barbalho e Porto (1992), previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, os alunos deficientes devem ter direito à uma educação especializada complementar ou suplementar à sua escolarização, podendo ser realizada de preferência em salas de recursos multifuncionais em sua própria escola, em uma escola alternativa ou ainda em um centro educacional especializado.

Segundo Corrêa (2012), a assistência à educação profissional é uma forma de garantir que cada aluno com deficiência, altamente qualificado ou superdotado seja reconhecido e cuidado.

Nesse sentido, a sala de recursos multifuncionais é um espaço organizado com palestras, materiais didáticos, equipamentos e profissionais capacitados, que podem atender às necessidades educacionais especiais e promover a construção e disseminação do conhecimento.

De acordo com a pesquisa de Lavorato e Mól (2017), o “Plano de Desenvolvimento da Educação 2007” previa a implantação da sala de recursos, que fornecia as ferramentas necessárias para atender às necessidades especiais dos alunos com deficiência, e fornecia tecnologias assistivas, como softwares, uso de Braille, livros sobre recursos ópticos e não ópticos, mobiliário suficiente, etc. para promover o desenvolvimento escolar.

As salas de recursos multifuncionais são caracterizadas como ambientes transformadores pois tem como objetivo proporcionar ao aluno um local onde suas competências e habilidades específicas podem ser desenvolvidas de forma livre, diferente de uma sala de aula comum onde não há esse diferencial uma vez que são compartilhadas por alunos com diferentes características específicas.

As atividades desenvolvidas por essa sala são um complemento para a sala de aula regular uma vez que nesta sala de recursos é possível identificar se o processo incluso está sendo ou não efetivo. De acordo com Corrêa (2012) uma mesma sala de recursos multifuncionais pode ser capaz de atender alunos com diferentes características e necessidades educacionais específicas, como superdotação, dislexia, déficit de atenção e hiperatividade entre outras.

Há uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais ou até na sala de aula regular, entre eles destacam-se: os jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento; os jogos adaptados, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à



atividade proposta pelo professor; livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, livros de histórias virtuais, livros falados; recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, mobiliário adaptados e muitos outros (CORRÊA, 2012).

Assim, para Lavorato e Mól (2017) é preciso levar em consideração que as atividades realizadas nesta sala têm o dever de promover a iniciativa e a autonomia dos seus alunos, fazendo com que a aprendizagem seja um momento de prazer e motivação, já que para construir o conhecimento deve haver a participação ativa. A autoconfiança é uma máxima essencial para que o processo de aprendizagem seja eficaz. Dessa forma, é possível determinar que a sala de recursos tem sua importante participação para promover o desenvolvimento humano de alunos especiais.

Considerações finais

A educação inclusiva não é apenas sobre a escola ou classe em particular que uma criança frequenta. É também sobre o que acontece nessa escola ou classe. A educação inclusiva significa encorajar cada criança a participar da atividade cotidiana da escola e ajudar todas as crianças a obter o máximo da escola.

A educação inclusiva significa garantir que o sistema se ajuste para atender às necessidades das crianças, em vez de esperar que as crianças "se encaixem" no sistema. A sala de recursos multifuncionais é considerada uma oportunidade para alcançar a integração da educação para pessoas com deficiência. Responsável por mediar este processo, proporcionando aos alunos recursos que conduzam à aprendizagem e proporcionando aos professores outras opções de promoção do ensino.

Os requisitos de sala de recursos são diferentes da aparência dos gerentes, mas o mais importante, eles são diferentes da aparência dos governadores que fazem políticas públicas. A pessoa está caminhando no caminho da tolerância, mas ainda está longe do destino. Assim, é possível concluir que por mais que se encontre barreiras para a aprendizagem e a prática na educação especial e inclusiva, muito se tem feito para que a inclusão seja feita de maneira efetiva. O presente estudo sugere que novas pesquisas sejam realizadas sobre esse tema afim de contribuir com o avanço científico na área da educacional.



Referências

BAPTISTA, R. S.; FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. Política de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites. **Acta Paul Enferm**, v. 21, n. 1, p. 112-6, 2008.

BARBALHO, J.; PORTO, W. C. **Constituição federal brasileira**: comentários. Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação, 1992.

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 68 p.

BEDAQUE, S. A. P. **O atendimento educacional especializado no processo de inclusão escolar, na rede municipal de ensino de Mossoró/RN**. Natal, dez. 2011.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2006. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006, 56 p.

CAIADO, K. R.; LAPLANE, A. L. Programa educação inclusiva: direito à diversidade uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 303-315, maio/ago. 2009.

CAMBI, E.; ZANINELLI, G. **Direito fundamental à educação, exclusão social e cidadania**. Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional. São Paulo, v. 9, n. 11066, p. 721 - 748, ago/2015. Acesso em: 25 out. 2018. Base de Dados RT Online.

CARNEIRO, M. A. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns**: Possibilidades e Limitações. RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CORRÊA, N. M. **Salas de recursos multifuncionais e Plano de Ações Articuladas em Campo Grande-MS**: análise dos indicadores, 2012.

COSTA, S. M. **Educação especial em tempos de Educação Inclusiva**: identidade docente em questão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 194p.

DUARTE, M. R. T. Educação e desenvolvimento: modos de regulação dos sistemas educacionais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 683-718, maio/ago. 2012.

DUTRA, C. P. Inclusão: Diversidade também se aprende na pré-escola. **Revista Nova Escola**, maio de 2007.



FERREIRA, V. **Educação especial: Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Ideias de Feuerstein.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

GOMES, M. M. **O orientador educacional, o mediador escolar e a inclusão: um caminho em construção.** Rio de Janeiro: WAK Editora, 2015.

JABLON, J. R.; DOMBRO, A. L.; DICHELMILLER, M. L. **O poder da observação: do nascimento aos 8 anos.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KASSAR, M. D. C. M.; REBELO, A. S. **O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial.** Prática Pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAVORATO, S. U.; MÓL, G. S. **Sala de recursos multifuncionais sob a ótica dos gestores educacionais do Distrito Federal.** CIAIQ 2017.

LOPES, E.; MARQUEZINE, M. C. Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, 2012.

MACEDO, L. **Fundamentos para uma educação inclusiva.** 2007.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas Escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MENEZES, S. A. B. **A democratização do ensino superior e a inclusão de pessoas com deficiência: algumas reflexões para a educação a distância.** 2010.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, L. M. **Educação inclusiva e a formação de professores.** 2009. 90 f. Monografia. Curso de Especialização *Latu Sensu* à distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. Universidade do Estado do Mato Grosso – Campus Cuiabá. Cuiabá, 2009.

SOUZA, S. M. O. **A afetividade do educador na promoção de atitudes de inclusão no contexto da educação pré-escolar.** 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial) - Universidade Fernando Pessoa, 2013.



TUNES, E.; TACCA, M. C. V. R.; BARTHOLO JUNIOR, R. S. O professor e o ato de ensinar. **Cad. Pesqui.**, set./dez. 2005, v.35, n.126, p.689-698. ISSN 0100-1574.

VAUGHN, S.; BOS, C. S. Strategies for teaching students with learning and behavior problems. (8th Ed.). **Upper Saddle River, NJ**: Pearson Education, Inc., 2012.